

P

ortal SME: Uma abordagem a partir da consulta pública do Programa Mais Educação São Paulo

Magali Seravalli Romboli
Jornalista

Samira Saleh
Professora de Educação Infantil I e Ensino
Fundamental II

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a formação da agenda governamental que favoreceu a reestruturação do Portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a partir do debate público proposto à sociedade pelo Programa de Reorganização Curricular e Administrativo, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Educação de São Paulo – Programa Mais Educação São Paulo – durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013/2016). Partiu-se da hipótese de que a gestão compartilhada da informação desenvolvida durante o debate e consulta pública do Programa Mais Educação São Paulo favorece a criação coletiva de uma multiplataforma de comunicação e informação digital, e que do ponto de vista teórico está em consonância com os conceitos propostos pelos múltiplos fluxos, vistos em Kingdon (2003). Ao final de nossa investigação qualitativa, ficou evidente a contribuição da comunidade escolar e da sociedade para legitimar o novo portal para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Palavras-chave: Programa Mais Educação São Paulo. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Portal SME. Gestão da Comunicação. Rede de Ensino Municipal de São Paulo.

Abstract: This article aims to analyze

the formation of the government agenda that favored the restructuring of the portal of the Municipal Secretariat of Education of São Paulo, based on the public debate proposed to society by the Curricular and Administrative Reorganization Program, Expansion and Strengthening of the Municipal Network of Education of São Paulo – More Education Program São Paulo – during the administration of the Mayor Fernando Haddad (2013/2016). It was hypothesized that the shared management of information developed during the debate and public consultation of the Mais Educação São Paulo Program favors the collective creation of a multiplatform of communication and digital information, and that from the theoretical point of view is in line with the concepts proposed by the multiple flows seen in (Kingdon, 2003). At the end of our qualitative research, it was evident the contribution of the school community and society to legitimize the new portal for the São Paulo Municipal Education Department.

Keywords: Education Program São Paulo. Municipal Secretariat of Education of São Paulo. SME Portal. Communication Management. São Paulo Municipal Education Network.

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo o desafio de refletir sobre uma política específica que se originou no bojo de um amplo debate sobre a gestão compartilhada de informação digital que culminou no surgimento de um portal institucional interativo da Secretaria Municipal de Educação (SME). Até então, a gestão da comunicação e informação era atribuição dos órgãos centrais, práticas pedagógicas, documentos e portarias, matérias sobre unidades escolares, fila da creche, entre outros serviços prestados pela secretaria (SÃO PAULO, 2020).

No período de 2013 a 2016, a cidade de São Paulo, administrada por Fernando Haddad,

adotou como metodologia principal de consulta, audiências públicas com a população para construir uma reforma curricular na Educação Básica do município, que enfrentava desafios estruturais quanto aos direitos de aprendizagem e aprovação/reprovação.

Na plataforma digital Portal da SME (SÃO PAULO, 2020), foram divulgados os resultados da consulta pública, dos quais destacamos: a universalidade de atendimento no Ensino Fundamental, com desafios à Educação Integral; dificuldades de acesso ao atendimento à Educação Infantil; permanência no Ensino Médio com ênfase em educação profissional e tecnológica; abertura das escolas para as comunidades; aumento da escolaridade de jovens e adultos; valorização dos(as) educadores(as); aprimoramento da gestão democrática; apoio à formação dos gestores em educação e educação para vida em uma cultura de paz.

Para análise de como surgiu o modelo de gestão compartilhada da informação em meio a esse debate maior proposto pelo Programa Mais Educação São Paulo, programa que norteava as mudanças nas ações curriculares e estruturais no processo de aprendizagem como um todo, utilizaremos o modelo denominado de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams*) elaborado por Kingdon (2003).

Para tal análise, utilizamos documentos oficiais de SME (SÃO PAULO, 2020), matérias publicadas em veículos de imprensa que trataram do assunto, entrevistas qualitativas com servidores(as) que integravam o Quadro de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação à época: professor de História adaptado à função de professor orientador de Informática Educativa (POIE) da Diretoria Regional de Educação Ipiranga; professora orientadora de Informática Educativa (POIE) da Diretoria Regional de Jaçanã/Tremembé; diretor Regional de Educação de Itaquera, presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM); diretor

da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação (ATP/SME); e profissional nomeado para cargo comissionado para assessoria na Diretoria de Comunicação e Imprensa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, todos contemporâneos ao processo que envolveu o debate e a consulta pública em torno da proposta de reforma do Programa Mais Educação São Paulo. As entrevistas se deram via questionário fechado, encaminhado por e-mail. De dez questionários enviados, apenas cinco contribuíram com suas devolutivas.

Elaborado o questionário, partiu-se para averiguação de suas narrativas e tal análise preliminar fundamentou-se na definição de Lakatos e Marconi (2003, p. 165), que afirmam a necessidade de um pré-teste com o objetivo de:

[...] testar os instrumentos da pesquisa sobre uma pequena parte da população do “universo” ou a amostra, antes de ser aplicado definitivamente, a fim de evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso. Nem sempre é possível prever todas as dificuldades e problemas decorrentes de uma pesquisa que envolva coleta de dados. Questionários podem não funcionar; as perguntas serem subjetivas, mal formuladas, ambíguas, de linguagem inacessível; reagirem os respondentes ou se mostrarem equívocos; a amostra ser inviável (grande ou demorada demais). Assim a aplicação do pré-teste poderá evidenciar possíveis erros permitindo a reformulação da folha no questionário definitivo.

Dessa forma, controle social pode ser caracterizado como uma maneira de distribuir o poder de decisão referente às políticas públicas entre o estado e a sociedade. Assim, a população pode participar dos assuntos que lhe são caros e fiscalizar a utilização dos recursos públicos, prevenindo a corrupção.

Sob esta perspectiva, ressalta-se o modelo de múltiplos fluxos de formação da agenda e seleção de alternativas (FORMAÇÃO, 2019). Segundo Kingdon (2003), existem três fluxos

independentes e interligados entre si: fluxo dos problemas (*problem stream*), fluxo de soluções ou alternativas (*policy stream*), fluxo político (*politic stream*).

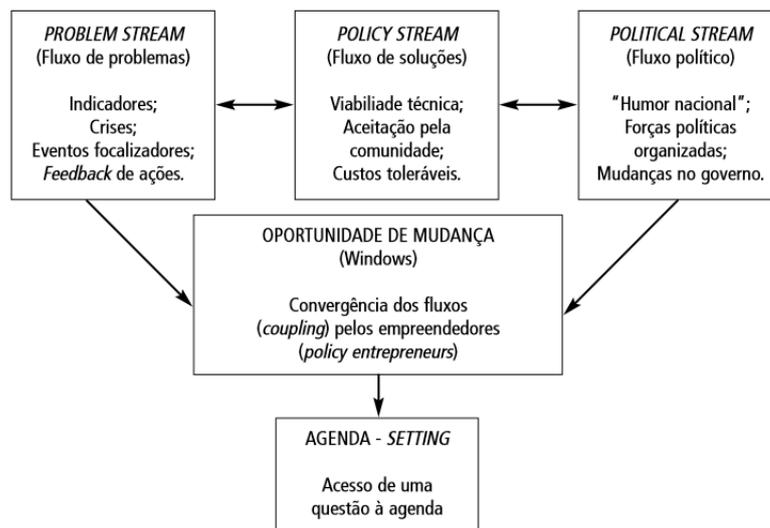
Os problemas não possuem um significado *a priori*, de modo que sempre serão construções interpretativas da dinâmica social, ganhando atenção ou não do governo, levam três fatos importantes: o primeiro relacionado aos indicadores que delimitam a abrangência de uma situação; o segundo trata da ocorrência de crises, eventos, desastres, símbolos fortes de experiência pessoal; e por fim os feedbacks de programas existentes. Essas alternativas configuram-se, por sua vez, numa espécie de ideias e soluções disponíveis aos problemas (KINGDON, 2003 apud CAPPELLA, 2005, p. 32).

Para a narrativa do artigo, o quadro de Capella (2005) ilustra os fluxos a serem apresentados (Figura 1).

Quando relacionamos a convergência dos três fluxos (*coupling*) e o reconhecimento de um problema, abre-se uma janela de oportunidade (*policy window*), e tal fato é enunciado por Kingdon (2003) como janelas abertas. Tais janelas nos apresentam oportunidades para que haja uma ligação completa entre problemas, alternativas e políticas. É interessante, também, categorizar os empreendedores como “chave” e o “político”. O primeiro (chave) pode ser a) um secretário do gabinete; b) senador ou um membro do Legislativo; c) lobista; acadêmico; d) advogado em Washington; e) burocrata de carreira. Em relação ao segundo (político), pode apresentar habilidades de negociação e influência (pode ter ideias para os mais diferentes espaços), podendo associar soluções a problemas. Neste caso, os atores “são como surfistas que esperam uma grande onda” (KINGDON, 2003).

2 Processo de formulação de políticas públicas e participação social

Figura 1 – Modelo de Kingdon – Convergência entre três fluxos que promovem a mudança de agenda: problemas, soluções e políticas



Fonte: Capella (2005, p. 13).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) exige a aplicação mínima de 25% de impostos municipais em investimentos na área da Educação. Para a Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM) (SÃO PAULO, 1990), o mínimo deve ser 31% dos recursos para a referida área e 60% destes são gerenciados pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2012 (MEC/INEP), no município de São Paulo existiam mais de dois milhões e meio de estudantes na Educação Básica, o que corresponde a cerca de 20% da população do município (BRASIL, 2013). Por essa ordem de grandeza, a Rede de Ensino de São Paulo era, e ainda é, o maior Sistema Municipal de Ensino do Brasil, com 83.763 servidores, sendo 61.643 professores (dados de junho de 2013).

Em 2014, com o objetivo de melhorar sua qualidade da educação, a Secretaria Municipal propõe o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo (SÃO PAULO, 2020), pautado nas diretrizes do programa federal “Mais Educação”, responsável pela

organização dos recursos humanos, pedagógicos e de infraestrutura predial das unidades educacionais da Educação Básica do município de São Paulo (unidades de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), a educação passa a ser fundamentada num “quadrilátero político-pedagógico” que se relacionam à qualidade social do ensino e da aprendizagem e ao desenvolvimento de um sistema democrático de gestão pedagógica aliados a um amplo sistema de formação de educadores da Rede Municipal de Ensino e ao planejamento de atendimento à demanda, em suas múltiplas faces, focadas na ampliação da Rede e na melhoria dos equipamentos.

Dentre outros eixos que permeiam a implantação do Programa Mais Educação, destacaremos a gestão democrática e o tratamento do acesso às tecnologias como o cerne de nosso artigo:

A gestão democrática, a vivência e a melhoria dos regimentos, as modalidades de financiamento, a ampliação da permanência dos educandos na escola, a manutenção dos prédios e a gestão dos recursos financeiros são também fundamentos da nossa missão. As nossas

relações com a comunidade, o desenvolvimento e a apropriação das culturas, a análise e o tratamento educacional das violências, o acesso democratizante às tecnologias, todos esses desafios estão ordenando a criação e o desenvolvimento das ações do **Programa Mais Educação São Paulo** (SÃO PAULO, 2014, p. 4).

Em junho de 2013, início da gestão do prefeito Fernando Haddad, eram atendidos 940.191 estudantes, com 2.722 Unidades Educacionais Municipais, compreendendo:

- 1617 Centros de Educação Infantil (Redes Direta, Indireta e Conveniada);
- 532 Escolas Municipais de Educação Infantil;
- 1 Centro Municipal de Educação Infantil;
- 541 Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
- 8 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio;
- 45 Centros Educacionais Unificados (CEUs);
- 6 Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos;
- 3 Centros de Educação e Cultura Indígena;
- 14 Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos.

Contextualizando cenários e tendo como referência o programa de governo apresentado para a população, a Prefeitura da Cidade de São Paulo, através da Secretaria de Educação, preparou uma série de mudanças no Sistema Municipal de Ensino com o objetivo de melhorar a sua qualidade, contidas no Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – Mais Educação São Paulo (SÃO PAULO, 2014).

Conduzida pelo então secretário Municipal de Educação, César Callegari, juntamente com órgãos centrais, profissionais do

Departamento de Orientações Técnicas da SME, as treze Diretorias Regionais caracterizaram-se como uma proposta de reforma viável do ponto de vista técnico e orçamentário, com debates internos, envolvendo diversos atores pertencentes ao Quadro de Profissionais da Educação da Rede Municipal.

Houve uma intensa divulgação e incentivo à participação de toda a sociedade civil, entidades de classe, Câmara dos Vereadores, associações não governamentais, academia e profissionais da educação como campanha televisiva, audiências públicas e posterior publicação de documento-base no Portal da SME (SÃO PAULO, 2020).

O debate orquestrado pelo secretário e os diretores regionais aconteceram nos territórios das treze Diretorias Regionais: Penha, São Mateus, Jaçanã/Tremembé, São Miguel, Freguesia/Brasilândia, Itaquera, Campo Limpo, Guaianases Capela do Socorro, Pirituba, Santo Amaro, Ipiranga e Butantã, ora na inclusão da pauta do programa nas Jornadas Pedagógicas, envolvendo professores, coordenadores pedagógicos, supervisores, diretores e auxiliares técnicos, ora no formato de debates ou audiências públicas realizados nos auditórios dos CEUs, diretorias regionais, secretaria, Câmara dos Vereadores, Faculdade de Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP), sindicatos, entre outros equipamentos públicos.

A informação atualizada da agenda do governo, dos documentos que envolviam o Programa Mais Educação São Paulo e de que todos atores envolvidos direta ou indiretamente nos debates, audiências, sendo ou não integrantes da comunidade escolar, preferencialmente que fossem cidadãos do município de São Paulo, o que não exclui a postagem de sugestões vindas de outras localidades brasileiras, teriam como contribuir publicando suas críticas, sugestões, até propostas no formato de projetos, disponíveis no mesmo espaço virtual, em que estava hospedado o documento referência com a proposta da Reforma, para que de igual forma

todos também pudessem acessar tais contribuições e suas devolutivas.

A interatividade, dinamismo e rapidez na disponibilidade das informações favoreceu também o controle social, acompanhamento, monitoramento das ações que envolviam diretamente a SME e as DREs na construção das agendas dos debates, bem como, livre acesso a todas as contribuições encaminhadas, sendo elas no formato de textos, post, vídeos com depoimentos e explanações, ou documentos impressos entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, todos disponíveis no espaço virtual do Portal da SME, durante o período da consulta pública.

Para Antônio Rodrigues da Silva, diretor da Assessoria Técnica de Planejamento, em resposta ao questionário aplicado:

Um governo se estabelece e se credencia, perante e junto à população que governa quando vincula seu plano de governo às aspirações dos sujeitos urbanos. Assim, ficou sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação colocar seu documento base em consulta pública, neste sentido há que se reconhecer a limitação do instrumento considerando a dinâmica da metrópole. As consultas públicas e audiências foram majoritariamente constituídas por funcionários das próprias Diretorias Regionais de Educação – DREs com baixa participação popular. A maior evidência desta observação deu-se na Audiência realizada na Câmara Municipal de São Paulo, quando se observou um verdadeiro levante dos professores das escolas de ensino fundamental e médio contrariamente a um dispositivo que indicava a possibilidade de federalizar as oito unidades de Ensino Médio, que compunham o Sistema Educacional do Município, no entanto, o clamor foi aceito e esta proposta de reforma não entrou em vigor. Outra ação do governo foi a instauração do Fórum Municipal de Educação composto por representações de órgãos governamentais, sindicatos, organizações

sociais do terceiro setor com extensos trabalhos na área educacional, pelo Conselho Municipal de Educação, Conselho Estadual de Educação, conselho de representantes de conselhos de escola e organizações de outras áreas com interesse na discussão educacional, como a associação dos psicólogos. A função primeira do Fórum era, essencialmente e prioritariamente, a realização da Conferência Municipal de Educação, que era condição para participar das Conferências Estadual e Nacional. Vale ressaltar que o documento Mais Educação São Paulo era frequentemente analisado nas discussões precursoras e durante a Conferência. Entretanto, em que pese a efetiva participação durante a elaboração do documento, durante a conferência muitos segmentos foram excluídos ou colocados à margem. Toda programação, pautas e contribuições, embora fruto de setores ligados à Educação Municipal, tornavam-se públicos para toda a sociedade, via plataforma digital.

Do ponto de vista da informação governamental de domínio público, Uhlir (2006, p. 13) comenta:

Uma das principais metas de qualquer sociedade é o fortalecimento de todos os cidadãos, por meio do uso da informação e do conhecimento, como um corolário dos direitos básicos à liberdade de expressão e à participação na vida cultural e no progresso científico. Em apoio a essa meta, cada vez mais a informação governamental está sendo produzida e disponibilizada por meio da internet e da *World Wide Web*.

A Promoção e Utilização do Multilíngüístico e o Acesso Universal ao Ciberespaço (a informação de domínio público) referem-se à informação publicamente acessível, cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade.

Por um lado, refere-se ao domínio de todos os trabalhos, ou objetos de direitos relativos, que podem ser explorados por todos sem

qualquer autorização, por exemplo, quando a proteção não é concedida por lei nacional ou internacional, ou devido à expiração do termo de proteção e, por outro lado, a dados públicos e informações oficiais produzidos e, voluntariamente, disponibilizados por governos ou organizações internacionais.

3 Participação social na formulação do Programa Mais Educação São Paulo

O referido programa foi instituído pelo Decreto 54.452/2013 (SÃO PAULO, 2013). Com a metodologia utilizada para a implantação do Programa Mais Educação São Paulo, o Portal da SME adquiriu um patamar, praticamente involuntário, de destaque na construção democrática da reorganização da rede municipal de educação e inaugura, em âmbito institucional, um instrumento digital com interatividade, criatividade e inovação.

No prazo de 30 dias, a Secretaria Municipal de Educação recebeu 3.052 postagens, com contribuições de profissionais da Rede Municipal de Ensino e da sociedade civil (universidades, Organizações Não Governamentais e entidades sindicais e comunidade escolar – pais e alunos). O debate presencial e a participação on-line aperfeiçoaram o programa e gerou 23 notas técnicas, com explicações e informações detalhadas, inclusas no programa original.

Cabe salientar que a informação governamental de domínio público, mencionada por Uhlir (2006, p. 13), parte de uma categoria mais ampla de “informação do setor público” e de outros tipos de informação, reconhecida como uma grande contribuição para o desenvolvimento do processo que corroborou na implantação do Programa Mais Educação São Paulo, inclusive as indicações contrárias ao programa.

De acordo com alguns dos principais valores relacionados à disseminação da informação governamental de domínio público, a “transparência” da governança e a promoção dos ideais democráticos, disponíveis abertamente pelo

governo e sobre o governo, inibe a possibilidade deste mesmo governo conseguir ocultar atos ilegais e má administração.

A participação popular voluntária, com suas contribuições apresentadas em diversos formatos, foram publicadas no site do Programa Mais Educação, hospedado no Portal da SME, e, posteriormente, analisadas pelo corpo técnico multidisciplinar do Departamento de Orientações Técnicas da Secretaria Municipal de Educação, independentemente de sua origem, conceito, modelo de apresentação (vídeo, texto, artigo, projeto), cuja incorporação, ou não, das contribuições foram justificadas na esfera pública virtual, e na sequência, o documento final enviado ao Executivo para publicação do Decretos e Portarias que instituíram o Programa Mais Educação São Paulo, assinados pelo prefeito Fernando Haddad no dia 10 de outubro de 2013 (SÃO PAULO, 2013).

O registro histórico de todo processo e documentação sobre a implementação do Programa Mais Educação, bem como vídeos, registros da época da consulta pública estão disponíveis até a presente data.

4 Considerações finais

Ressalta-se que, simultâneo ao processo completo do programa da reforma curricular, a Assessoria de Comunicação e Imprensa, até 2012, contava com o apoio de quatro professores para a gestão técnica da publicação de textos no formato de link, da produção visual de ícones de acesso à informação de notícias, planilhas e demais documentos referentes à condução dos trabalhos da SME em sua totalidade, em apoio aos jornalistas, com cargos nomeados por tempo determinado, incluiu na assessoria outros quatro educadores. Desta vez, professores orientadores de informática, conhecidos como POIEs, formados em Educomunicação e linguagens para Redes Sociais, com o objetivo de promover interlocução direta, sem censura, com todos os profissionais atuantes nas

unidades educacionais professores, gestores escolares, supervisores escolares, diretores regionais, com autonomia ainda para compartilhar suas publicações com as demais Secretarias, inclusive com as redes sociais da Prefeitura de São Paulo, publicações, muitas vezes, fruto de textos e fotos produzidos e compartilhados por seus pares atuantes nas unidades escolares, com a publicidade de seus autores, unidades e Diretorias Regionais.

Considerando a metodologia de construção do portal, sua aplicabilidade, funcionalidade e interatividade e, segundo Jürgen Habermas (2011), a “comunicação deliberativa” como realidade, verifica-se destaque atribuído a esta construção dentro da agenda governamental bem como sua inovação dentro da esfera pública municipal, utilizada até os dias atuais.

Segundo Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais no Ensino Municipal de São Paulo, SINPEEM, em resposta ao questionário:

O Portal da Secretaria Municipal de Educação começou a ser desenvolvido em 2002. Inicialmente por empresa contratada e com a participação de servidores do Quadro de Profissionais de Educação, lotados ou em exercício na SME, após algumas alterações passou a conter informações institucionais quanto ao sistema municipal de educação, a estrutura e funcionamento das unidades que compõem a Rede de Ensino e o organograma da SME. Tornou-se ferramenta para além do domínio e gestão deste ou daquele secretário de Educação nomeado pelo prefeito. Trata-se de estrutura e ferramenta de estado para planejamento, gestão e fiscalização. Uma conquista da sociedade, uma ferramenta de e para transparência e compartilhamento. Um recurso de TI resultante do trabalho coletivo e continuado dos profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo.

Para o supervisor escolar de educação e ex-diretor Regional de Educação de Itaquera:

A possibilidade de ter espaço no Portal da SME casou muito bem com as expectativas surgidas a partir das próprias ações que estavam em andamento na região. Dada a extensão do território, grande quantidade de escolas e diversidade dessas unidades quanto ao atendimento (educação infantil ou fundamental, regular ou para jovens e adultos, pela rede direta ou conveniada); quanto ao público (também variável em conformidade às diferenças entre as microrregiões que integram a área total da DRE); quanto aos projetos elaborados pelas respectivas comunidades escolares das unidades (que também contam com relativa autonomia para a construção desses projetos pedagógicos), somente essa abertura permitiria, como permitiu, que fossem visíveis algumas das ações que demonstravam o quão rica era essa variedade. Rica de experiências muito particulares, mas que, por outro lado, também poderiam servir como referência para outras escolas da rede (caso fossem conhecidas). E isso num contexto em que estávamos, na DRE Itaquera, estimulando, como parte do nosso projeto político pedagógico (sim, nossa DRE tinha um projeto político pedagógico) o estudo da realidade local. Com a óbvia influência do pensamento do educador Paulo Freire, considerávamos fundamental considerar a realidade vivida pelo aluno e seus familiares na construção/reconstrução do currículo escolar. Então, o estudo sobre o território e sua comunidade era parte integrante do currículo. Assim, cada unidade tinha suas características próprias, suas identidades. Um portal da SME mais aberto para a visualização dessas unidades também contribuiria para a valorização dos profissionais envolvidos, dos alunos e suas comunidades. Tivemos ainda, a oportunidade de um estagiário da área de comunicação, ele e demais colaboradores passaram por processo de formação, para nos ajudar na mediação da comunicação da DRE com a SME, auxiliando na alimentação de notícias, participando de reuniões e das próprias atividades formativas da DRE, conquistando assim uma formação acadêmica ampliada no exercício de sua futura profissão. Auxiliando na cobertura de eventos, exposições, feiras culturais, seminários, para

colaborar com registros e envio de matérias para a página da DRE e também para ser compartilhada na front page da SME.

Para Edna Giannini, professora de Orientação de Informática Educativa (POIE) e à época, integrante da Assessoria de Comunicação e Imprensa da SME:

Compartilhamos um Manual de Comunicação e Imprensa através de oficinas de formação em todas as DREs, para gestores e professores interessados, para que o processo de gestão compartilhada da informação estivesse a serviço da sociedade e do estado democrático de direito. O Portal da SME, que tinha um acesso mensal de, aproximadamente, 30 mil acessos. Com a reestruturação ocorrida após a implantação da Reforma do Mais Educação passou a apresentar cerca de 1,2 milhões de visualizações, de internautas de diversas cidades, estados e países, que buscavam informações qualificados sobre projetos pedagógicos e políticas públicas na área da Educação Municipal de São Paulo, graças a uma equipe aguerrida de professores e profissionais de educação comprometidos com a educação pública e comunidade escolar.

Considerando a metodologia de construção do portal, sua aplicabilidade, funcionalidade e interatividade, o grande ponto de mudança e sucesso do Portal da SME foi colocar o foco principal em conteúdo. O site anterior era muito departamentalizado, quase uma intranet, e não levava em conta a diversidade da Secretaria, era uma espécie de “cada qual com seu igual”.

A partir do engajamento proposto pela consulta pública com uma visão ampla sobre a Educação na Rede de Ensino de São Paulo, com todas as suas especificidades, foi criado um vínculo com os professores, estudantes e famílias, além de se tornar um Portal de referência para a área da Educação.

O conteúdo foi organizado de forma a representar os grandes campos de atuação:

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, para então começar a divulgar os projetos desenvolvidos pelas professoras, professores e escolas da rede municipal, criando uma inserção dos profissionais da secretaria para dentro do Portal criando um sistema de publicar notícias importantes das publicações do Diário Oficial da Cidade no Portal da Secretaria, para facilitar o acesso de servidores da Educação às questões importantes, que afetavam seu trabalho no dia a dia, nas escolas e também sobre sua carreira, na Secretaria.

Outro ponto importante foi abrir espaço para as Diretorias Regionais de Educação (DRE) divulgarem suas ações e atividades, criando um fluxo de informação, na região onde elas atuavam, posto que as Diretorias são a ponta de ação da SME na cidade. Da mesma forma foram inclusos os Centros Educacionais Unificados, que também tinham liberdade para compartilhar informações relevantes à comunidade escolar e para a sociedade, em suas respectivas páginas dentro do Portal, principalmente para a divulgação das atividades culturais e esportivas, tornando-se um valioso serviço para a comunidade local. A revisão e edição dos conteúdos era realizada pela equipe multiprofissional do Portal, em sua maioria composta por professores, bem como o seu compartilhamento nas Redes Sociais da SME.

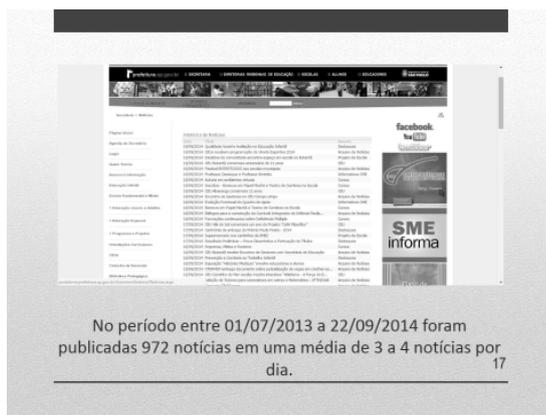
O Portal da SME era utilizado de forma pouco institucional tendo uma finalidade restrita como compartilhamento de documentos e funções administrativas. Após o debate público, houve um redirecionamento da utilização do portal com informações sobre a Secretaria e prestação de serviços tanto para a rede municipal de educação quanto à comunidade. Sua página inicial apresentava-se neste formato:

A leitura das notícias se dava por links e cada banner apresentava dados em diferentes formatos:



A gestão compartilhada da informação favoreceu o acesso às suas informações na página inicial, inclusive ao boletim escolar, via o

ícone SGP (Sistema de Gestão Pedagógica), no rodapé do Portal tendo um ambiente virtual dialógico.



Ao delimitar conceitualmente a comunicação, Freire (1977, p. 66-67) afirma que:

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. [...] Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação.

[...] Comunicar é comunicar-se em torno do significado signifiante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é dialógica, assim como o diálogo é comunicativo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Importação de dados para o Educacenso – 2012**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/migracao/2012/instrucoes_importacao.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

CAPELLA, A. C. N. Formação de agenda governamental: perspectivas teóricas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2005. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3789&Itemid=318. Acesso em: 22 out. 2020.

FORMAÇÃO da Agenda: modelo de múltiplos fluxos. **Escola Superior de Gestão e Contas Públicas**. 20 mai. 2019. Disponível em: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/1877-formacao-da-agenda-modelo-de-multiplos-fluxos>. Acesso em: 22 out. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3rd ed. New York: Harper Collins, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SÃO PAULO (Município). **Lei Orgânica do Município de São Paulo (com suas alterações), de 4 de abril de 1990**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Decreto 54.452/2013, 10 de outubro de 2013**. Institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/7077.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Programa Mais Educação**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/programa-mais-educacao-sao-paulo-1/>. Acesso em: 22 out. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Programa Mais Educação São Paulo**: subsídios para a implantação. São Paulo: SME/DOT, 2014.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.